



ENED ESTRATÉGIA NACIONAL
DE EDUCAÇÃO PARA
O DESENVOLVIMENTO

LA SALETE COELHO, A PROFESSORA QUE ACOMPANHA A ENED HÁ DEZ ANOS:

«FAZ TODO O SENTIDO ESTA IDEIA DE CONSTRUIR UM SENTIMENTO DE HUMANIDADE PARTILHADA, ONDE AS VIDAS VALEM TODAS O MESMO, ONDE NÃO INTERESSAM AS FRONTEIRAS ARTIFICIAIS»

Especialista da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESE-IPVC), La Salette Coelho acompanha a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED) há dez anos, sendo um dos principais rostos por detrás da Educação para o Desenvolvimento em Portugal.

Atualmente ligada a vários projetos nacionais e europeus, admite que «Portugal é um dos bons exemplos na Europa» no que toca a políticas para a Educação para o Desenvolvimento e para a Cidadania Global. Durante a nossa entrevista, La Salette Coelho admitiu que «a pandemia pode vir a reforçar o contrário do mundo que queremos», apontando para o crescimento dos nacionalismos que proliferam por toda a Europa. Diz também que para combater este fenómeno é necessário que surjam iniciativas que evidenciem a importância da Educação para o Desenvolvimento, destacando a relevância dos vários projetos dos quais a ESE-IPVC faz parte, garantindo que a formação dos professores em matéria de Cidadania e Desenvolvimento é fulcral para levar estes temas às escolas. A nossa entrevistada enfatiza a importância de envolver mais a sociedade civil na educação, uma vez que «a cidadania vive sobretudo de “vida real” e menos da conceptualização teórica, embora esta exista, mas alimentada pela primeira» e sublinha que «a Educação para a Cidadania Global pode fazer-nos pensar nas desigualdades de uma e outra forma, olhando para a diversidade enquanto riqueza».

Iniciado em 2015, o projeto europeu ‘Global Schools’ conquistou um espaço em Portugal. Como o podemos definir?

Para nós, Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento (GEED) da ESE-IPVC, o “Global Schools” foi um projeto muito importante porque foi o primeiro projeto europeu no qual participamos na área da Educação para o Desenvolvimento e para a Cidadania

Global. Trabalhávamos, desde 2011, em projetos nacionais nesta área e, em 2015, surge um convite para esta oportunidade de candidatura a uma linha de financiamento da Comissão Europeia. O ganhar este projeto leva-nos a participar num consórcio com dez países europeus, tendo por objetivo principal inserir estas temáticas nas escolas. Tradicionalmente, estas matérias têm sido mais trabalhadas pelas Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) e tende-se a esquecer o papel das Escolas Superiores de Educação. No entanto, se queremos que estes temas entrem na sala de aula, é fundamental sermos vistos e envolvidos como atores-chave em todo este processo, uma vez que somos responsáveis pela formação de educadores e educadoras e professores e professoras do 1.º e do 2.º ciclo do ensino básico. O projeto em causa permitiu-nos trabalhar em duas frentes: a formação inicial de futuros professores e professoras e a formação contínua de docentes das escolas que temos no nosso território, dos sete agrupamentos de Viana do Castelo. Além disso, proporcionamos intercâmbios entre escolas de diferentes países e elaborámos um recurso educativo para apoiar a integração curricular destas temáticas da Educação para o Desenvolvimento.

Explique-nos o conceito de “Escolas Globais”.

Este conceito da “Escola Global” surge no contexto do nosso trabalho, o de promover processos educativos para a construção de uma cidadania global. Acreditamos numa educação que, mais do que formar pessoas para as necessidades do mercado atual, forme pessoas com competências para sonhar e construir um mundo diferente. Nós trabalhamos muito no sistema educativo formal, mas acreditamos que este é um processo de aprendizagem que o extravasa, é um processo que decorre ao longo da vida. Cada um e cada uma de nós deve estar comprometida com a transformação do nosso mundo e, para isso, precisamos de ferramentas para aprender a lê-lo e pensar



LA SALETE COELHO

como intervir nele, através de um pensamento crítico e informado, percebendo também a nossa responsabilidade. Muitas vezes não nos apercebemos, mas, infelizmente, com o nosso estilo de vida, com as nossas opções, fazemos também parte dos problemas do mundo, e não só da sua solução. Por isso, uma “Escola Global” está assente no desenvolvimento holístico, na formação integral das pessoas, e ajuda-as (ajuda-nos) a entrar num processo - que se prolonga pelo resto da vida - de observar o mundo com um olhar atento e querer intervir com o objetivo da transformação social em direção a um combate mais intenso às desigualdades sociais e à discriminação e a um modelo que promova a inclusão, a interculturalidade, a justiça social, a solidariedade, a sustentabilidade e a paz.

Pegando no que estava a dizer, por que razão considera a Educação para a Cidadania Global é tão importante?

A Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento refere três pilares fundamentais: um pilar ético, porque nos ajuda a definir que valores queremos para o nosso mundo, e isso é algo que por vezes falta na nossa educação; um pilar político, de intervenção social, de olhar em redor e querer intervir para a transformação social; e um pilar pedagógico, assente num processo de aprendizagem contínua. Não temos as soluções, mas enquanto sociedade, temos de as tentar encontrar para “errar cada vez melhor”, de forma a sermos mais inclusivos e solidários. Faz-me todo o sentido esta ideia de construir um sentimento de humanidade partilhada, onde as vidas valem todas o mesmo, onde não interessam as fronteiras artificiais, onde as nacionalidades são apenas mais um elemento da nossa identidade plural. Penso que a cidadania global quer ajudar a construir este sentimento, onde a dignidade humana é a base para todas as relações.

Acha que a pandemia veio tornar a necessidade da Educação para a Cidadania Global mais evidente?

Eu creio que sim. A pandemia veio trazer desafios e oportunidades, acelerando processos já visíveis nas sociedades. Enquanto desafios, vemos muitos países onde os nacionalismos se exacerbaram, onde se verifica ou uma grande luta pelas vacinas – grande parte do norte do mundo já está na 3.^a dose quando grande parte do mundo do sul ainda não teve acesso a nenhuma – ou uma grande resistência às mesmas sem respeito pela saúde pública. Isto mostra que a pandemia pode vir reforçar o contrário do mundo que nós queremos. No entanto, por outro lado, também se veem muitos apontamentos de esperança. Houve muitos momentos de solidariedade, de mobilização social, as pessoas ficaram mais atentas às outras e àquilo que nos rodeia. Valorizou-se a relação com a natureza. Vieram, contudo, ao de cima as desigualdades, viveram-se momentos que sublinharam a necessidade de justiça social. A questão do acesso à escola foi muito visível. Muitos de nós vivemos numa bolha social e achamos que seria muito fácil passarmos todos para um formato digital acreditando que as crianças têm todas acesso à internet e às tecnologias necessárias. Mas percebeu-se que essa não é a realidade. Muitas escolas, e temos de lhes dar o devido valor, tiveram de fazer uso de muita criatividade para não deixar ninguém para trás. A pandemia veio trazer ao de cima uma série de desigualdades que, acredito, podem gerar uma resposta mais concertada a estes problemas num período pós-pandemia. A verdade é que fomos todos afetados - se estamos unidos por coisas que podem acontecer negativamente, faz sentido unirmo-nos para apresentar propostas positivas.

Tal como referiu, numa altura em que se assiste a um aumento do negacionismo e dos populismos na Europa e em Portugal, qual é o papel da Educação para a Cidadania Global (ECG) no combate a estes fenómenos?

É fundamental, porque estas questões estão assentes em questões de valores. Vivemos uma fase na qual a palavra “ideologia” tem uma conotação muito negativa. No entanto, creio que é ela que nos falta. E ainda é pior quando à ideologia se contrapõe a neutralidade. Quando uma educação se diz “neutra”, já está a assumir uma ideologia. Para além disso, é uma falácia, porque não acredito que haja uma educação neutra. Se, por exemplo, uma política coloca o foco no ensino da matemática ou das línguas estrangeiras, essa é uma opção ideológica. Durante muitos anos, tivemos nas escolas uma aposta num ensino mais tecnocrata do que humanista, mais preocupado com conhecimentos e com resultados do que com o desenvolvimento integral das pessoas. E isso vê-se na sociedade! As áreas nas quais trabalhamos, assumem que a escola tem o papel de promover a formação de cidadãos e cidadãs, e, para isso, o reforço das humanidades nas escolas é fundamental. Sem este enfoque, não

aprendemos a refletir sobre de onde vivemos e para onde queremos ir; sobre o colocarmo-nos no lugar do outro; sobre aquilo que nos separa e o que nos une. E depois é fácil ceder ao discurso populista que usa as diferenças para criar divisões, sejam elas de cor, de nacionalidade ou de género. A Cidadania Global deve ser trabalhada também no sentido de questionar estas divisões artificiais. Somos todos diferentes. Por que razão ver essa diferença como ameaça e não como riqueza? A diversidade é desafiante, sem dúvida, mas o importante é respeitá-la, abrimo-nos ao desafio e construir pontes. Só assim a nossa sociedade sairá a ganhar.

Como definiria a posição de Portugal em matéria de políticas de Educação para o Desenvolvimento?

Portugal tem sido referenciado como um dos bons exemplos na Europa nesta área, sobretudo ao a nível do processo de criação de uma estratégia pública nacional. A ENED existe desde 2010, vai já numa 2.ª fase, e é fruto de um processo participativo de elaboração e de implementação, que reúne instituições públicas e organizações da sociedade civil. Estes processos têm sido fundamentais para a sua apropriação por parte dos atores chave na área. Outros elementos que têm sido louvados internacionalmente é o seu seguimento por uma Comissão de Acompanhamento (constituída pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, pela Direção-Geral da Educação, pela Plataforma Portuguesa das ONGD e pelo CIDAC – Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral, em representação do GENE – Global Education Network Europe - e a constituição de um Secretariado, do qual a ESE-IPVC faz parte, que acompanha toda a sua implementação. Para além disso, Portugal tem mantido o seu investimento financeiro na área. O Camões – Instituto da Cooperação e da Língua tem uma linha de financiamento anual para projetos nesta área para ONGD. E é



de realçar que Portugal tem tido um papel preponderante no reforço da necessidade de inclusão destas temáticas na agenda de organizações internacionais, como a Comissão Europeia, só para dar um exemplo.

Acha que seria possível ir mais longe?

Sempre. É a tal questão de “errar cada vez melhor”. Tenho feito parte da equipa que acompanha a ENED há dez anos e gosto de pensar que temos sempre tentado fazer melhor. Ir avaliando e refletindo sobre o que se pode alterar e/ou reforçar. Estou a lembrar-me de dois exemplos práticos, recentes. Do processo de Avaliação Intermédia da atual estratégia saíram várias recomendações às quais tentamos dar resposta. Uma delas referia o reforço da capacitação das entidades que implementam a estratégia de forma estarmos mais alinhadas relativamente aos conceitos e práticas de Educação para o Desenvolvimento. Movidos por esta sugestão, organizaram-se uma série de iniciativas de formação e reflexão para estes atores que já deram os seus frutos. Outra recomendação foi a de aumentar e diversificar o financiamento dentro da área, uma vez que nem todas as instituições são elegíveis para as linhas de financiamento existentes. Essa questão também foi colmatada com a constituição de um apoio específico para estas entidades envolvidas na implementação da ENED. Isto são exemplos da preocupação de fazermos mais e melhor. Mas há sempre caminho a fazer. E, felizmente, existe essa vontade.

Voltando ao projeto “Global Schools”, que terminou em 2018. O que é que ficou desse projeto e qual é o seu balanço final?

O projeto ainda hoje faz história! (risos) Utilizamos uma metodologia de formação “em cascata”. Em cada ano do projeto oferecíamos uma formação introdutória para docentes, mas, os professores e professoras que assim o desejassem, poderiam passar para uma formação avançada, que culminaria com o seu reconhecimento como docentes “multiplicadores”, tornando-se pontos de referência nas áreas de Educação para a Cidadania nos seus agrupamentos de escolas. Muitas vezes vamos a escolas onde a coordenação da componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento está entregue a estes docentes que fizeram a nossa formação no âmbito do projeto. Outras vezes, fazem questão de nos mostrar que o



recurso “Global Schools” é utilizado pelas suas equipas de docentes. Aqui na ESE ficaram os frutos do investimento na formação inicial de estudantes que estão a preparar-se para serem professoras num futuro próximo. Temos hoje uma geração de jovens que estão a fazer os seus relatórios de mestrado nestas temáticas, contribuindo para a produção de conhecimento nesta área. Para além disso, este projeto permitiu a mobilização de um grupo de colegas - e não podendo nomeá-las a todas sublinho o papel das professoras Luísa Neves e Teresa Gonçalves, que têm coordenado os projetos aqui referidos - que, assim como todos os elementos da direção, tem apoiado e reforçado esta aposta da instituição na área da Educação para o Desenvolvimento.

Em 2018 terminou esse projeto, mas começou também o “Escolas Transformadoras”, que vai agora para a segunda edição. Quais foram os resultados obtidos na primeira edição e quais as expectativas para a segunda?

Este projeto nasce de uma parceria que envolve uma ONGD, a FGS – Fundação Gonçalo da Silveira, e várias entidades de ensino superior – o Instituto Politécnico de Beja, a ESE de Santarém, a ESE de Bragança e a ESE-IPVC. Com o seu objetivo de pensar o papel de uma escola transformadora, veio permitir-nos colmatar uma falha que estávamos a sentir. Ou seja, a certa altura percebemos que os projetos europeus nos tínhamos permitido chegar às nossas estudantes e aos agrupamentos de escola do nosso território. Mas demos conta que estava a faltar-nos um ator importantíssimo - o próprio corpo docente da ESE. Para que cada vez mais consigamos integrar estas temáticas na nossa própria escola, para que ela possa ser verdadeiramente transformadora, é preciso que nós estejamos alinhados e alinhadas. Foi isso que o “Escolas Transformadoras” veio permitir - darmos um passo atrás e promovermos momentos de formação e reflexão entre pares. Esta experiência motivou uma publicação onde partilhámos os caminhos que encontramos para integrar



a Educação para o Desenvolvimento e para a Cidadania Global na nossa escola. Nesta segunda edição, queremos envolver estudantes nestes grupos de reflexão para, em conjunto, elaborarmos planos de ação dentro das nossas escolas.

Em 2018, começou também o projeto “Get up and goals!”, que tem como objetivo apoiar a implementação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas nas escolas. Acha que esses objetivos conseguirão ser cumpridos durante esta década?

Sou utópica, mas nem tanto! (risos) Eu acredito que estas agendas internacionais são importantes para nos indicarem direções, mas depois não tenho uma abordagem quantitativa às mesmas. As agendas são sobretudo algo que nos ajuda a caminhar, porque traduzem uma visão de mundo. E, aliás, apesar de reconhecer a sua importância, sou bastante crítica da Agenda 2030. Acho que ela devia ser muito mais radical nas suas propostas. Creio que para combatermos o sistema que tem reproduzido tantas desigualdades, temos a obrigação de fazer muito mais.

Como contribuiu o projeto “Get up and goals!” para a Educação para a Cidadania Global?

Enquanto projeto europeu, o “Get up and Goals!” contou com 12 países, cada um com políticas de ED diferentes e com diferentes formas de a trabalhar no sistema educativo. Assim, cada país foi livre de definir a sua abordagem, mas sempre com base na formação de professores e professoras, na produção de recursos educativos e no desenvolvimento de atividades promovidas pelas próprias crianças e jovens. Aliás, neste âmbito, foi organizada uma flash mob para celebrar a diversidade cultural, na praça central de Viana do Castelo, que reuniu mais de 500 crianças e jovens! Nós, enquanto ESE-IPVC, já provámos que trabalhamos com qualquer contexto. O recurso “Global Schools”, por exemplo, tem

propostas de integração curricular, ou seja, de como mobilizar os temas e metodologias de Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global integrando-os no Português, na Matemática, na História e Geografia de Portugal e nas Ciências Naturais. Porquê? Porque na altura de implementação do projeto a abordagem à Educação para a Cidadania era totalmente transversal. Neste momento existe a componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento, que assume a forma de uma disciplina autónoma 2.º e 3.º ciclos, e, por isso, nós, no “Get up and Goals!”, decidimos trabalhar antes por temáticas, indo ao encontro dos domínios desta componente. Por isso, trabalhamos com qualquer abordagem. E de facto, será que a Cidadania e Desenvolvimento se trabalha nos 45 minutos por semana correspondente à disciplina? É nesse tempo que refletimos sobre o que ser-se cidadão e cidadã? Claro que não. A cidadania tem de ser trabalhada sempre, em qualquer disciplina, em qualquer abordagem. Talvez ainda seja necessário um tempo letivo, para que ela não fique em “terra de ninguém”, mas o ideal era que toda a escola estivesse imbuída deste espírito. Aliás, como é preconizado na Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania.

Os tópicos de aprendizagem do projeto são as desigualdades mundiais, as migrações, a igualdade de género e as alterações climáticas. Qual é o nível de conhecimento dos jovens portugueses sobre esses temas?

Eu atrevo-me a dizer que não é muito. E não só entre os jovens, mas entre toda a população. As alterações climáticas são, talvez, o tema mais conhecido, devido à greve climática estudantil, à exposição mediática da Greta Thunberg. É, destes, talvez o tema mais trabalhado na sala de aula, até porque está muito ligado à área das Ciências Naturais. As questões da igualdade de género são geralmente pouco trabalhadas. Aliás, até se ouve dizer, muitas vezes, que não há problemas de igualdade de

género em Portugal, que isso é uma questão dos países africanos ou árabes. A questão das migrações teve mais atenção, nos últimos anos, pela questão dos refugiados, e do cemitério que nós, europeus, permitimos que se instalasse no Mediterrâneo. Foi essa uma das razões de egermos esse tema, sentimos ser importante trabalhar o conceito de migração e de migração forçada. Nunca o epíteto de “migração ilegal”! O que é isso de um ser humano “ser ilegal”? A História há de julgar-nos por isso. Para outro lado, as questões da diversidade cultural são muito importantes, nomeadamente em Viana do Castelo, onde a multiculturalidade é cada vez mais visível, mas falta aprender a construir-se uma verdadeira interculturalidade. As escolas têm de estar preparadas para este papel de inclusão. Quanto ao tema das desigualdades mundiais, infelizmente, também é bastante negligenciada. A crise que se instalou na Europa na década passada fez com que a maioria dos nossos jovens ache que o continente é pobre, não tendo a menor noção de que fazemos parte dos 20% da população mundial (geralmente no Norte do mundo) cujo padrão de vida consome 80% dos recursos mundiais (deixando apenas 20% para os outros 80% da população).

Está envolvida, neste momento, também no projeto “GloBe”. Fale-nos dele.

O “GloBe – Global Learning for sense of belonging” é outro projeto europeu centrado na formação de professores, mas desta vez não só questões temáticas, mas também refletindo sobre o professor e a professora como líder pedagógico do processo educativo. É um projeto mais pequeno, em termos de países e de número de docentes, mas no qual teremos oportunidade de promover processos de reflexão mais aprofundados.

O que falta para levar a Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global a mais escolas portuguesas? Falta de recursos, falta de interesse do poder local...?

Sendo direções e docentes atores-chave nas escolas, a formação é fundamental. Cabe a cada agrupamento de escolas definir quem será a pessoa coordenadora da Estratégia de

Cidadania na sua escola e quem será responsável pela disciplina. Infelizmente, não temos docentes formados nestas áreas. Não existem licenciaturas de formação nestas áreas. E nem sempre é fácil, nas escolas, encontrar a pessoa certa para estas temáticas. Daí a importância de uma formação contínua de qualidade que abranja todo o território nacional. Para isso é preciso recursos financeiros, claro, mas também recursos humanos capazes de motivar e estimular os docentes para estas áreas. Falta ainda tempo para se realizarem formações com alguma profundidade. Estes temas não são simples e, ainda por cima, exigem uma reflexão metodológica séria. Há ainda outros fatores que complicam esta questão – por vezes estas áreas não são pensadas estrategicamente, a longo prazo, e são entregues de acordo com critérios práticos (completar o horário, por exemplo), o que faz com que os professores e professoras responsáveis não invistam aprofundadamente na área uma vez que não sabem quantos anos letivos estarão envolvidos na mesma. Outra coisa que faz falta é uma maior ligação das escolas à sociedade civil, à comunidade. Em Portugal, comparando com outros países europeus com os quais temos trabalhado, não temos tradição de convidar a comunidade, as associações locais, para a sala de aula. Essa é outra fragilidade





da cidadania em Portugal. Os atores que mais trabalham estas temáticas raramente são convidados para a escola.

Esse trabalho deveria passar pelo poder local?

Essa é uma chave, sim. Nós, nos nossos projetos europeus, estamos sempre em parceria com a Câmara Municipal de Viana do Castelo para ajudar a fazer este reforço. Enquanto ESE-IPVC, fazemos parte do Plano Municipal para a Integração de Migrantes, por exemplo, o qual reúne os diversos atores que trabalham estas questões em Viana. Temos também uma relação próxima com o núcleo distrital da Rede Europeia Anti-pobreza, com quem organizamos diversos eventos. Estas parcerias locais são fundamentais pois permitem trazer vidas, na primeira pessoa, para os processos educativos. A sociedade civil, que tem a parte experiencial, tem de entrar na escola. É verdade que temos poucas ONGD em Portugal, e que estão muito centradas em Lisboa, mas devemos investir nas parcerias locais. Os desafios da cidadania experimentam-se, experienciam-se na vida real, não podem ser apenas um exercício teórico.

Nos últimos tempos tem-se visto o crescimento de uma contestação à obrigatoriedade de disciplinas como a Cidadania e Desenvolvimento nas escolas. Em que medida este comportamento pode ser prejudicial para a implementação dos objetivos da cidadania e desenvolvimento sustentável?

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que não estou convencida que estejamos a assistir a um crescimento da contestação. Temos conhecimento de um caso, ao qual foi dado muito relevo. No momento atual, quer as fake news, quer os algoritmos das redes sociais que nos fazem viver numa bolha, assim como as opções, muitas vezes

sensacionalistas dos meios de comunicação social, nem sempre promovem a informação rigorosa. O caso que conhecemos foi extremado, é verdade, mas não creio que estejamos a falar de algo que seja muito significativo. Em segundo lugar, refiro-me à razão da contestação. A disciplina é acusada de ser muito ideológica, de promover valores, e a minha questão é: “Mas não promovem todas?”. A História, da forma etnocêntrica como é contada, não é ideológica? Todas as opções curriculares são escolhas ideológicas, porque se elege o que deve ser, e como deve ser, abordado. Por isso, sim, todo o sistema educativo é ideológico. É bom é que saibamos “ao que vem”. E neste momento, até sabemos, pois o documento “Perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória” é bem esclarecedor dos valores que se querem promover, os quais me fazem todo o sentido. Em terceiro lugar, é importante notar que a questão da disciplina não se colocou em geral, mas sobretudo em temas muito específicos, de cariz moral, mais polémicos. No entanto, é importante esclarecer que cabe à componente de Cidadania e Desenvolvimento apresentar as problemáticas e as várias abordagens e argumentos existentes em cada uma delas, promovendo o debate e o espírito crítico. É depois da responsabilidade de cada pessoa formar a sua opinião e tomar as suas decisões. O objetivo da disciplina não é o da endoutrinação. Como educadora, mas também como mãe de uma filha adolescente, acredito no papel da escola, da família e de outros espaços educativos, como lugares de questionamento e de promoção de um pensamento próprio. Onde se promovam oportunidades para olhar para o mundo, para refletirmos e para nos questionarmos sobre qual o caminho para uma maior inclusão, mais socialmente justa e mais solidária. • André Almeida